



**COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS**

**REQUERIMENTO N ° \_\_\_\_ de 2024  
(Do Sr. Zé Trovão)**

Requer a convocação da Ministra dos Povos Indígenas, para prestar esclarecimentos sobre a situação do Brasil na fronteira com o Paraguai, com foco no aumento do tráfico de drogas em terras indígenas, especialmente à luz das graves implicações para as comunidades indígenas e o meio ambiente.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e do art. 219, inc. I e § 1º, do RICD, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Casa, seja convocado a Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sra. Sonia Guajajara, para prestar, pessoalmente, esclarecimentos sobre a situação do Brasil na fronteira com o Paraguai, com foco no aumento do tráfico de drogas em terras indígenas, especialmente à luz das graves implicações para as comunidades indígenas e o meio ambiente.

**JUSTIFICATIVA**

A situação alarmante na fronteira demonstra uma falha grave do Estado em cumprir seu dever constitucional de preservar os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas, que têm sido cada vez mais vulneráveis às





atividades de facções criminosas que utilizam suas terras como rotas de tráfico de drogas. É evidente a incapacidade do governo em garantir a proteção efetiva desses territórios e a crescente necessidade de fortalecer a autonomia das comunidades indígenas na defesa de suas próprias terras.

Apesar da proteção legal das terras indígenas, a ausência de medidas práticas e de fiscalização tem deixado às comunidades à mercê de traficantes e outros grupos criminosos, expondo não apenas a integridade física dos indígenas, mas também ameaçando suas tradições e modos de vida. A ocupação ilegal desses territórios está associada a graves impactos ambientais, como desmatamento e degradação dos recursos naturais, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade dessas populações, cuja sobrevivência está intrinsecamente ligada ao meio ambiente. Diante dessa realidade, os povos indígenas têm mostrado um forte senso de autonomia, organizando-se de forma independente para proteger suas terras, mesmo sem o devido apoio governamental.

É, portanto, crucial que o ministro esclareça quais ações estão sendo tomadas para combater o tráfico de drogas em áreas indígenas e como o governo pretende apoiar a capacidade dessas comunidades de continuar exercendo a autodefesa de seus territórios. A omissão governamental tem forçado os indígenas a assumirem um papel ativo na proteção de suas terras, e o Estado precisa não só reconhecer essa realidade, mas também fornecer os recursos e o suporte necessário para fortalecer a autonomia indígena nesse processo. Essa convocação visa cobrar do governo um compromisso concreto e efetivo para reverter o abandono dessas comunidades e garantir que seus direitos territoriais, ambientais e culturais sejam devidamente respeitados e protegidos.

Sala das Comissões, de outubro de 2024.

**ZÉ TROVÃO**  
**Deputado Federal PL/SC**

